



ESTRATÉGIA & AÇÃO

E O LIBERALISMO! O QUE É ISSO?

“Os corruptos destroem muito mais do que escolas, hospitais e outros serviços essenciais não prestados pelos recursos que desviaram. Destroem também a crença da população nas instituições das modernas democracias liberais.” (Paulo Guedes, Ph.D em Economia)

Nilson Pimentel (*)
09/NOV/2018 - JCAM

Tem-se ouvido manifestações de toda ordem, contra e favoráveis aos novos governantes e, até pronunciamentos de quase ex-ocupantes de cargos dizendo o que seja certo ou errado para o próximo governo, como se cada um deles não tivessem passados na gestão do executivo que finda ou, de outra forma, demonstra o total descomprometimento e incompetência com o futuro do Brasil e, no caso, do Amazonas.

Observado tais posicionamentos temos sido questionados sobre algo que preocupa, principalmente aos leigos e a alguns economistas, a não compreensão e entendimento do seja o tal Liberalismo e Neoliberalismo Econômico que se propaga ser a tendência do novo governo federal, como vertente de Política Econômica a ser adotado pelo futuro Ministro da Economia.

Tanto pela dialética quanto por questões de formação acadêmica, as referências contidas são de teor explicativo sobre a Teoria Econômica, que se põe que então o Liberalismo trata de uma doutrina político-econômica e um sistema doutrinário que se caracteriza por defesa de abertura e tolerâncias em diversos níveis da vida em sociedade, com respeito a liberdade cívica, econômica e da vontade e consciência da cidadania.

Tendo surgido na época do Iluminismo, contra o absolutismo dos reinados na Europa, indicando que a razão humana e o direito inalienável à ação própria e livre são o melhor caminho para a satisfação das necessidades humanas, como a liberdade de pensar, política e econômica.

No início defendia as liberdades individuais e dos povos, ficando com a ideologia política da burguesia liberal que conseguiu conquistar posições predominantes durante o século XIX até a I Guerra Mundial, sendo que a liberdade na vida econômica, se desenvolveu primeiramente em condições de grandes desigualdades sociais e posteriormente teve uma forte reação através das doutrinas socialistas e comunistas, cujos movimentos se tornaram opositores do liberalismo bem mais fortes do que as correntes conservadoras e tradicionais.

Contudo, fracassou devido aos grandes problemas políticos e sociais que, depois da I Guerra Mundial, surgiram na Europa tendo como consequência na Alemanha, Itália e outros países mergulhassem em crises profundas e

prolongadas, que contribuiu para o florescimento de sistemas totalitários (fascismo, nacional-socialismo, etc.).

Também, se tem indicativos que após a II Guerra Mundial e face a outros movimentos de tendência democrata-cristã ou social-democrata, o Liberalismo ressurgiu, pretendendo constituir de novo uma opção no campo político e econômico.

Quanto às questões da Economia Liberal consiste na ideia da liberdade para a economia, sem interferências do Estado, sendo o mercado regulamentado e controlado por si próprio, ficando com os indivíduos grande parte das decisões econômicas, tendo por princípio a defesa da liberdade da ação de produção ou seja as empresas terem o direito de escolher quais produtos fabricar, assim como o trabalhadores de escolher para quem querem trabalhar e, os consumidores serem livres para consumir os produtos que quiserem.

Por sua vez, o Liberalismo Econômico surge como alternativa ao fim do Mercantilismo que, no final do século XVIII, já entrava em declínio na maioria dos países desenvolvidos, dando lugar ao capitalismo.

Ressaltando que a Economia Liberal é uma Teoria Econômica presente atualmente nos países capitalistas, representando o oposto total da ideologia socialista ou comunista, onde não existe o direito a propriedade privada ou ao mercado livre e individual.

Para explicitar melhor, foram dois grandes economistas, François Quesnay (1694 - 1774) e Vincent de Gournay (1712 - 1759) os principais teóricos a desenvolverem a teoria do Liberalismo Econômico, mas foi economista britânico Adam Smith (1723 - 1790), conhecido como o "pai do Liberalismo Econômico", quem apresentou os conceitos que viriam a se firmar como característicos da livre economia, para o qual o Estado não tinha que intervir na economia, pois esta seria controlada pela "mão invisível do mercado".

Aliás, a partir desta ideia surgiu a expressão que resumiria o conceito proposto pelo liberalismo econômico: "laissez faire, laissez aller, laissez passer, le monde va de lui-même", que significa "deixai fazer, deixai ir, deixai passar, o mundo vai por si mesmo".

Conforme a teoria de Adam Smith, ficaria a cargo do Estado apenas garantir a lei e a ordem, a defesa nacional e ofertar alguns bens públicos aos cidadãos que não seriam do interesse do setor privado (saúde pública, educação, saneamento básico, segurança pública, etc).

Contudo, o Liberalismo Econômico entrou em crise com a Grande Depressão de 1929, porém várias de suas ideias ressurgiram anos mais tarde com o surgimento do Neoliberalismo.

Destacam-se como as principais características defendidas pelo Liberalismo Econômico: é típico em sociedades capitalistas; individualismo com liberdade da ação individual; livre mercado; livre câmbio; lei da oferta e procura, baseada na livre concorrência; participação mínima do Estado em questões econômicas; defesa da propriedade privada; valorização da mão de obra do trabalhador; Igualdade perante a lei (estado de direito); e reformas estruturais.

O Liberalismo pressupõe a existência de um arcabouço jurídico consistente a fim de resguardar os direitos naturais do ser humano: à vida, à liberdade e à propriedade privada.

(*) Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.